

## CONCEITO DE GÊNERO

ESTUDAR O CONCEITO DE GÊNERO OFERECE UM OLHAR MAIS ATENTO PARA DETERMINADOS PROCESSOS QUE CONSOLIDAM DIFERENÇAS DE VALOR ENTRE O MASCULINO E O FEMININO E QUE GERAM DESIGUALDADES. SERÁ QUE, COMO PAI/MÃE E EDUCADOR/A, VOCÊ CONSEGUE IDENTIFICAR AS DIFERENÇAS NA EDUCAÇÃO DE MENINOS E DE MENINAS? TENHA EM MENTE ESSAS QUESTÕES AO LER ESTE TEXTO.

### APROPRIAÇÃO CULTURAL DA DIFERENÇA SEXUAL

Os diferentes sistemas de gênero – masculino e feminino – e de formas de operar nas relações sociais de poder entre homens e mulheres são decorrência da cultura, e não de diferenças naturais instaladas nos corpos de homens e mulheres. Não faltam exemplos demonstrativos de que a hierarquia de gênero, em diferentes contextos sociais, é em favor do masculino. De onde vêm as afirmações de que as mulheres são mais sensíveis e menos capazes para o comando? A idéia de “inferioridade” feminina foi e é socialmente construída pelos próprios homens e pelas mulheres ao longo da história.

*Para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico. (...) gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos.*

Para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero se refere à **construção social do sexo anatômico**. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. Por exemplo, o fato de as mulheres, em razão da reprodução, serem tidas como mais próximas da natureza, tem sido apropriado por diferentes culturas como símbolo de sua fragilidade ou de sujeição à ordem natural, que as destinaria sempre à maternidade.

É comum encontrar em reportagens que comparam a posição de homens e mulheres no mercado de trabalho as desigualdades existentes:

- Grande parte dos postos de direção ocupados por homens (como no próprio sistema escolar).
- Significativas diferenças salariais entre homens e mulheres.
- Maior concentração de homens em áreas como engenharia, informática, enquanto as mulheres se concentram em atividades de ensino e cuidado.

À primeira vista, pode parecer que as escolhas ou os modos de inserção no mundo do trabalho sejam reflexo de preferências naturais, aptidões natas, capacidades e desempenhos distintos entre homens e mulheres. No entanto, se observarmos com atenção, veremos que a distribuição de homens e mulheres no mercado de trabalho e as desigualdades decorrentes podem ser socialmente compreendidas e atribuídas às *assimetrias de gênero*.

O modo como homens e mulheres se comportam em sociedade corresponde a um intenso aprendizado sociocultural que nos ensina a agir conforme as prescrições de cada gênero. Há uma expectativa social em relação à maneira como homens e mulheres devem andar, falar, sentar, mostrar seu corpo, brincar, dançar, namorar, cuidar do outro, amar etc. Conforme o gênero, também há modos específicos de trabalhar, gerenciar outras pessoas, ensinar, dirigir o carro, gastar o dinheiro, ingerir bebidas, dentre outras atividades.

Todos nós, em algum momento da vida, já nos inquietamos para tentar compreender o porquê de tantas desigualdades entre homens e mulheres, expressas nas mais diversas situações. É comum atribuí-las a características que estariam no corpo ou na mente de cada um. Essa busca por causas biológicas ou psíquicas para explicar as diferenças entre homens e mulheres, masculino e feminino, tem sido recorrente nas ciências biológicas. É frequente encontrar nos jornais e nas revistas explicações científicas baseadas no funcionamento do cérebro ou dos hormônios, que seria distinto em cada sexo. Tais explicações encobrem o longo processo de socialização que nos tornou humanos/as e encobrem, também, o processo de socialização que divide os indivíduos em gêneros distintos.

Vejam os que dizem os PCN, formulados pelo MEC para o 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental no tópico que discute essa temática: “O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de ‘masculino’ e ‘feminino’ como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e dos valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero” (p.321-322).

No senso comum, as diferenças de gênero são interpretadas como se fossem naturais, determinadas pelos corpos. Ao contrário, as ciências sociais postulam que essas diferenças são socialmente construídas. Isto significa dizer que não há um padrão universal para comportamentos sexual ou de gênero que seja considerado normal, certo, superior ou, a priori, o melhor. Somos nós, homens e mulheres, pertencentes a distintas sociedades, a diversos tempos históricos e a contextos culturais que estabelecemos modos específicos de classificação e de convivência social. Assim, o conceito de gênero pode nos ajudar a ter um olhar mais atento para determinados processos que consolidam diferenças de valor entre o masculino e o feminino, gerando desigualdades.

### UM POUCO DE HISTÓRIA

As questões de gênero refletem o modo como diferentes povos, em diversos períodos históricos, classificam as atividades de trabalho na esfera pública e privada, os atributos pessoais e os encargos destinados a homens e a mulheres no campo da religião, da política, do lazer, da educação, dos cuidados com saúde, da sexualidade etc.

O conceito de **gênero**, hoje em dia corrente nas páginas de jornal e nos textos que orientam as políticas públicas, nasceu de um diálogo entre o **movimento feminista** e suas teóricas e as pesquisadoras de diversas disciplinas – história, sociologia, antropologia, ciência política, demografia, entre outras.

Uma figura emblemática desse movimento de idéias é a filósofa *Simone de Beauvoir*, que em 1949 escreveu o livro *O Segundo Sexo*. Ele daria um novo impulso à reflexão sobre as desigualdades entre homens e mulheres nas sociedades modernas acerca do porquê do feminino e das mulheres serem concebidos dentro de um sistema de relações de poder que tendia a inferiorizá-los. É dela a famosa frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Com esta formulação, ela buscava descartar qualquer determinação “natural” da conduta feminina.

O movimento feminista não começou com esta escritora; houve em diversos momentos históricos anteriores iniciativas políticas de mulheres buscando alterar uma posição subalterna na sociedade, a ponto de alguns estudiosos considerarem a existência de múltiplos movimentos feministas. Um desses exemplos são as chamadas sufragistas, que lutavam no início do século passado para que as mulheres tivessem o mesmo direito de votar que era concedido aos homens. A luta pelo sufrágio feminino. Veja como a conquista do direi-

*Simone de Beauvoir* (Paris, 9 de janeiro de 1908 – Paris, 14 de abril de 1986) foi escritora, filósofa existencialista e feminista francesa. Ela escrevia romances e monografias sobre filosofia, política, sociedade, além de ensaios e biografias; escreveu sua autobiografia. Entre seus ensaios críticos, cabe destacar *O Segundo Sexo* (1949), uma profunda análise sobre o papel das mulheres na sociedade; *A velhice* (1970), sobre o processo de envelhecimento, no qual teceu críticas apaixonadas sobre a atitude da sociedade para com os anciãos.

to ao voto para as mulheres variou muito entre as diferentes sociedades:

A crítica e a luta pela mudança dessa situação caracterizaram o movimento social das mulheres, que apresenta diferentes vertentes, assim como o próprio conceito de gênero, em evolução através de variadas abordagens, cada vez mais sofisticadas.

ANO DE CONQUISTA DO VOTO FEMININO	PAÍS
1917	URSS, COM A REVOLUÇÃO
1918	ALEMANHA
1919	EUA
1928	IN GLATERRA
1932	BRASIL
1945	FRANÇA, ITÁLIA, JAPÃO
1973	SUIÇA

O conceito de gênero, como vimos, foi elaborado para evidenciar que o sexo anatômico não é o elemento definidor das condutas da espécie humana. As culturas criam padrões que estão associados a corpos que se distinguem por seu aparato genital e que, através do contato sexual, podem gerar outros seres: isto é a reprodução humana. Observe como se entrelaçam o sexo, a sexualidade – aqui a heterossexual – e o gênero. Estas dimensões se cruzam, mas uma dimensão não decorre da outra! Ter um corpo feminino não significa que a mulher deseje realizar-se como mãe. Corpos designados como masculinos podem expressar gestos tidos como femininos em determinado contexto social, e podem também ter contatos sexuais com outros corpos sinalizando uma sexualidade que contraria a expectativa dominante de que o “normal” é o encontro sexual entre homem e mulher.

*As travestis (...) elaboram identidades que não devem ser entendidas como “cópias de mulheres”, mas como uma forma alternativa de identidades de gênero.*

Desde 1964, o psiquiatra norte-americano Robert Stoller vem desenvolvendo estudos sobre masculinidade, feminilidade e a questão da **identidade de gênero**, criando um ponto de partida para o estudo mais sistemático do **travestismo**. Este é um dos fenômenos da não-conformidade com as exigências sociais de “coerência” entre o sexo anatômico, a indumentária e o gestual supostamente referente ao sexo oposto. As travestis – pessoas cujo gênero e identidade social são opostos ao do seu sexo biológico e que vivem cotidianamente como pessoas do seu gênero de escolha – elaboram identidades que não devem ser entendidas como “cópias de mulheres”, mas como uma forma alternativa de identidades de gênero.

Entre as muitas autoras importantes para o desenvolvimento do conceito de gênero, destaca-se a antropóloga norte-americana Gayle Rubin, que em 1975 defendeu a idéia da existência de um sistema sexo-gênero em todas as sociedades. Outra contribuição importante e muito conhecida no Brasil é o texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, de Joan Scott. Esta publicação contribuiu para que pesquisadores da área de ciências humanas reconhecessem a importância das relações sociais que se estabelecem com base nas diferenças percebidas entre homens e mulheres. Há também uma significativa produção científica realizada por pesquisadoras francesas, dentre as quais se destacam Christine Delphy e Danièle Kergoat, que

elaboraram o tema “*divisão sexual do trabalho doméstico*”. A primeira desenvolveu a teoria de que, em decorrência das relações de gênero que naturalizam as atividades de cuidado, os homens e os maridos exploram suas esposas e companheiras ao se beneficiarem do trabalho doméstico gratuito. De fato, não são apenas os homens próximos, mas a sociedade como um todo que não reconhece ser o trabalho doméstico gerador de riqueza, uma vez que a garantia de atendimento das necessidades de alimentação, repouso e conforto possibilitam a dedicação ao trabalho externo e à produção.

Para uma história da análise sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, veja os artigos:

BRUSCHINI, Cristina de. “Trabalho Doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?”. In: ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia e SCALO, Celi. *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. São Paulo: Edusc, 2008.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. “Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho”. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, vol. 37, no 132, págs. 595-609, set.-dez. 2007.

Consulte ainda no web site do CLAM a entrevista do sociólogo sueco Göran Therborn – “Relações de poder entre os sexos”. <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3672&sid=7>

## GLOSSÁRIO

**Assimetrias de gênero:** Desigualdades de oportunidades, condições e direitos entre homens e mulheres, gerando uma hierarquia de gênero.

**Gênero:** Conceito formulado nos anos 1970 com profunda influência do pensamento feminista. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos.

**Identidade de Gênero:** Diz respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres.

**Movimento Feminista:** Movimento social e político de defesa de direitos iguais para mulheres e homens, tanto no âmbito da legislação (plano normativo e jurídico), quanto no plano da formulação de políticas públicas que ofereçam serviços e programas sociais de apoio a mulheres.

**Travesti:** Pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos através de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém vale ressaltar que isso não é regra para todas (Definição adotada pela Conferência Nacional LGBT em 2008).

## GÊNERO E OUTRAS FORMAS DE CLASSIFICAÇÃO SOCIAL

VOCÊ ACHA QUE SER MULHER BRANCA, NEGRA OU INDÍGENA FAZ DIFERENÇA? E SER MULHER POBRE OU RICA? TER OU NÃO ESCOLARIZAÇÃO? VIVER NO CAMPO OU NA CIDADE? SER MULHER HETEROSSEXUAL, LÉSBICA OU SER TRAVESTI É DIFERENTE? ESTE TEXTO DISCUTE AS RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE O GÊNERO MASCULINO E FEMININO, COMO FORMA DE CLASSIFICAÇÃO SOCIAL.

O olhar que lançamos às diferenças existentes entre nós, sejam elas de pertencimento à determinada classe social, gênero, raça, etnia ou orientação sexual, é cultural e socialmente estabelecido. A defesa dos **direitos humanos** supõe uma postura política e ética na qual todos/as têm igualmente o direito de ser respeitados/as e tratados/as com dignidade, sejam homens, mulheres, negros/as, brancos/as, indígenas, **homossexuais, heterossexuais, bissexuais, travestis, transexuais**. Tais diferenças não podem ser atribuídas à natureza, à biologia, mas sim ao processo de socialização que nos ensina a nos comportarmos segundo determinado padrão que, no caso de nossa discussão, é de gênero.

*O olhar que lançamos às diferenças existentes entre nós, sejam elas de pertencimento à determinada classe social, gênero, raça, etnia ou orientação sexual, é cultural e socialmente estabelecido.*

Todas essas formas de classificação interagem simultaneamente no mundo social, fazendo com que certos entrecruzamentos sejam objeto de um tratamento menos igualitário, mais desigual do que outros. Assim, se um determinado indivíduo é homem, negro e de classe popular, receberá um tipo de avaliação distinto (possivelmente desvantajoso) em relação ao de uma mulher branca e de classe social alta. Este exemplo assinala que a relativa “desvantagem” do gênero em uma sociedade machista pode ser neutralizada pela classificação de raça/etnia e/ou pelo pertencimento a uma classe social considerada superior.

Como, então, aprendemos a conformar nosso olhar e terminamos por tratar homens e mulheres de modo distinto? Às vezes, com nossos pequenos gestos

ou atitudes cotidianas, sem perceber, reforçamos desigualdades e a **hierarquia de gênero**, para não falar em preconceitos e estereótipos.

A antropologia, disciplina que estuda a diversidade cultural das sociedades, sustenta que a dimensão biológica da espécie humana é transformada pela necessidade de capacitação cultural, essencial à sua sobrevivência. É a cultura que humaniza a espécie. Pode se perceber que os homens são muito diferentes de outros homens em outros lugares. Também as mulheres diferem bastante de outras mulheres em diferentes partes do mundo. E o mesmo acontece com as relações entre os gêneros, que variam nas muitas sociedades do planeta.

O papel que a biologia desempenha na determinação de comportamentos sociais é fraco – a espécie humana é essencialmente dependente da socialização. Contudo, de acordo com o senso comum, as condutas de homens e mulheres originam-se de uma dimensão natural (os instintos) inscrita nos corpos com que cada indivíduo nasce. Acredita-se, com frequência, que existe um tipo de personalidade ou padrão de comportamento para cada um dos sexos. Na cultura ocidental, supõe-se que o masculino seja dotado de maior agressividade e o feminino, de maior suavidade e delicadeza.

Na década de 1930, a antropóloga americana Margaret Mead (1901-1978) estudou esta questão em outras culturas e descobriu que não existe uma relação direta entre o sexo do corpo e a conduta social de homens e mulheres. Mead revolucionou sua área de pesquisa ao torná-la popular e ao alcance dos leigos. Seu objetivo era dar às pessoas comuns uma ferramenta para entenderem seu lugar no mundo. Ela demonstrou que os papéis sexuais eram determinados pelas expectativas sociais e provou a importância das relações raciais para a conservação da espécie. Acreditava que o objetivo da antropologia era melhorar a raça humana e, para isso, defendia que o mundo moderno tinha muito a aprender com outras civilizações. Em inúmeros *livros* e artigos, escreveu sobre os direitos da mulher e contra o racismo e o preconceito sexual.

O modelo de educação de uma pessoa, aquilo que ela aprendeu sobre o que é certo e errado na esfera sexual, influenciará sua sexualidade, seus sentimentos e atração por outras pessoas, sua orientação sexual. Assim, algo considerado adequado

Na obra *Sexo e temperamento*, Mead traz os resultados da pesquisa realizada em Nova Guiné sobre o que então se chamava de papéis sexuais, e que hoje em dia chamamos de gênero. Da comparação entre três culturas (Arapesh, Mundugomor e Tchambuli) que compartilhavam uma organização social semelhante, Mead destaca que nas duas primeiras a cultura não estabelece um padrão sentimental distinto para homens e mulheres; existe um tipo de personalidade ou temperamento socialmente aprovado para todos os integrantes da sociedade.

Segundo os nossos critérios de avaliação, a cultura Arapesh poderia ser caracterizada como “maternal”, tendo a docilidade como o traço de personalidade valorizado. Já entre os Mundugomor, o comportamento agressivo era incentivado para homens e mulheres. Na terceira sociedade analisada, os Tchambuli, as personalidades de homens e mulheres opõem-se e complementam-se, contudo, estão invertidas em relação ao padrão ocidental. Os homens são mais gentis e delicados do que as mulheres, fortes e bravas (Mead, 1988).

num meio social é passível de ser inadequado em outro. Gestos, modos de se vestir, de sentir ou falar podem ser considerados femininos em alguns lugares, masculinos ou mesmo indiferentes em outros. Esta variação corresponde à **cultura**.

Sexualidade e gênero são dimensões diferentes que integram a identidade pessoal de cada indivíduo. Ambos surgem, são afetados e se transformam conforme os valores sociais vigentes em uma dada época. São partes, assim, da cultura, construídas em determinado período histórico, ajudando a organizar a vida individual e coletiva das pessoas. Em síntese, é a cultura que constrói o gênero, simbolizando as atividades como masculinas e femininas.

Por fim, importa reter duas características fundamentais implícitas na noção de gênero:

- sua arbitrariedade cultural, ou seja, o fato de o gênero só poder ser compreendido em relação a uma cultura específica, pois Ele só é capaz de ter sentidos distintos conforme o contexto sociocultural em que se manifesta;
- o caráter necessariamente relacional das categorias de gênero, isto é, só é possível pensar e/ou conceber o feminino em relação ao masculino e vice-versa.



## GLOSSÁRIO

**Bissexual:** Pessoa que tem desejos, práticas sexuais e relacionamento afetivo-sexual com pessoas de ambos os sexos.

**Cultura:** Fenômeno unicamente humano, a cultura refere-se à capacidade que os seres humanos têm de dar significado às suas ações e ao mundo que os rodeia. A cultura é compartilhada pelos indivíduos de um determinado grupo, não se relacionando a um fenômeno individual. Por outro lado, cada grupo de seres humanos, em diferentes épocas e lugares, atribui significados diferentes a coisas e a passagens da vida aparentemente semelhantes.

**Direitos Humanos:** Constituem o marco de reconhecimento dos direitos e liberdades básicas inerentes à pessoa humana, sem qualquer espécie de discriminação. São os direitos que consagram o respeito à dignidade humana, que visam resguardar a integridade física e psicológica das pessoas perante seus semelhantes e perante o Estado em geral. Exemplos desses direitos e liberdades reconhecidos com direitos humanos incluem os direitos civis e políticos, o direito à vida e à liberdade, liberdade de expressão e igualdade perante a lei, direitos sociais, culturais e econômicos, o direito à saúde, ao trabalho e à educação.

Em 1948, após a Segunda Guerra Mundial, foi proclamada a Declaração Universal de Direitos Humanos, com a qual se inicia a fase de afirmação universal e positiva dos direitos humanos, materializada na busca por instrumentos internacionais (pactos, declarações e tratados) de defesa desses direitos. Alguns exemplos especialmente relevantes para o estabelecimento dos direitos relativos ao livre exercício da sexualidade são: o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ambos de 1966), a Declaração sobre a Eliminação de Discriminação contra a Mulher (1967) e a Convenção subsequente (1979), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989).

**Declaração Universal de Direitos Humanos:** <http://www.unhcr.ch/udhr/lang/por.htm>

**Heterossexualidade:** Atração sexual por pessoas de outro gênero e relacionamento afetivo-sexual com elas.

**Hierarquia de gênero:** Pirâmide social econômica construída pelas relações assimétricas de gênero.

**Homossexualidade:** Atração sexual por pessoas do mesmo gênero e relacionamento afetivo-sexual com elas.

**Transexual:** Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeterem a intervenções médico-cirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) à sua identidade de gênero constituída.

**Travesti:** Pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos através de hormônios, terapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém vale ressaltar que isso não é regra para todas (Definição adotada pela Conferência Nacional LGBT em 2008).

## O APRENDIZADO DE GÊNERO: SOCIALIZAÇÃO NA FAMÍLIA E NA ESCOLA

ATRAVÉS DESTA TEXTO É POSSÍVEL COMPREENDER QUE A FAMÍLIA E A ESCOLA TÊM UM PAPEL FUNDAMENTAL NA LUTA CONTRA O AUMENTO DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO DIRECIONADOS ÀS MULHERES E A TODOS AQUELES QUE NÃO CORRESPONDEM A UM IDEAL DE MASCULINIDADE DOMINANTE. COMO VOCÊ IMAGINA QUE SE POSSA TRABALHAR NESTA DIREÇÃO EM CASA E NA ESCOLA?

Desde que nascemos somos educados/as para conviver em sociedade, porém de maneira distinta, caso sejamos menino ou menina. Esta distinção influencia, por exemplo, a decoração do quarto da criança, a cor das roupas e dos objetos pessoais, a escolha dos brinquedos e das atividades de lazer. Assim que mãe, pai e familiares recebem o resultado do ultrassom, passa-se a “desenhar” o lugar da criança. Se menina, roupas e decorações cor-de-rosa. Se menino, tudo azul. Num passado não muito distante, quando não havia o recurso de informação prévia do sexo biológico da criança, a maior parte do enxoval era verde água ou amarelo.

*Assim que mãe, pai e familiares recebem o resultado do ultrassom, passa-se a “desenhar” o lugar da criança.*

À medida que crescemos, por meio dos brinquedos, jogos e brincadeiras, dos acessórios e das relações estabelecidas com os grupos de pares e com as pessoas adultas, vamos também aprendendo a distinguir atitudes e gestos tipicamente masculinos ou femininos e a fazer escolhas a partir de tal distinção, ou seja, o modo de pensar e de agir, considerados como correspondentes a cada gênero, nos é inculcado desde a infância.

Na família, assim como na escola, é fundamental que as pessoas adultas, ao lidarem com crianças, percebam que podem reforçar ou atenuar as diferenças de gênero e suas marcas, contribuindo para estimular traços, gostos e aptidões não restritos aos atributos de um ou outro gênero. Por exem-

#### DICAS DE FILME

*Billy Elliot* (Inglaterra, 2000) – um filme sobre um menino que enfrenta muitas dificuldades por ter o balé como sonho de vida.

*Cartão vermelho* (Brasil, 1994, 14 min) – Fernanda gosta de jogar futebol com os meninos e joga bem. Mas para essa “moleca” de 12 anos o apogeu de sua intimidade com a bola é fazê-la voar reta, direta, até o saco dos meninos. Para assistir esse curta-metragem, acesse o site Porta Curtas Petrobras <http://www.portacurtas.com.br/index.asp> e clique no botão “Assista”, à esquerda. Aproveite para conhecer o acervo livre de curtas e documentários disponíveis no site!

*Acorda Raimundo... Acorda!* (Brasil, de Alfredo Alves, Ibase, 1990, 15 min) – E se as mulheres saíssem para o trabalho enquanto os homens cuidam dos afazeres domésticos? Esta é a história de Marta e Raimundo, uma família operária, seus conflitos, a violência familiar e o machismo vividos em um mundo onde tudo acontece ao contrário.

plo, deve ser estimulado nos meninos que sejam carinhosos, cuidadosos, gentis, sensíveis e expressem medo e dor. Quem disse que “homem não chora”? As meninas, por sua vez, podem ser incentivadas a praticar esportes, a gostar de carros e motos, a serem fortes (no sentido de terem garra, gana), destemidas, aguerridas.

Tal aprendizado das regras culturais nos constrói como pessoas, como homens ou mulheres. Se quisermos contribuir para um mundo justo em que haja **equidade de gênero**, devemos estar atentos para não educarmos meninos e meninas de maneiras radicalmente distintas.

Devemos prestar atenção no quanto a socialização de gênero é insidiosa. Oferecer aos meninos e aos rapazes apenas espadas, armas, roupas de luta, adereços de guerra, carros, jogos eletrônicos que incitem à violência é facultar como único caminho para a sua socialização a agressividade, o uso do corpo como instrumento de luta, a supervalorização do gosto pela velocidade e pela superação de limites. Ou ainda, de modo mais sutil, oferecer apenas aos meninos bola, bicicleta e skate, por exemplo, indica-lhes que o espaço público é deles, ao passo que dar às meninas somente miniaturas de utensílios domésticos (ferro de passar roupa, cozinha com panelinhas, bonecas, batedeira de bolo, máquina de lavar roupa etc.) é determinar-lhes o espaço privado, o espaço doméstico.

Queremos dizer que nos jogos com bonecas, fogõezinhos, panelinhas e ferrinhos de passar as garotas, da infância à adolescência, vão se familiarizando com o trabalho doméstico, como se não houvesse alternativa às mulheres que não o interesse com o cuidado do lar e de filhos/as.

Observe na tabela<sup>1</sup> que o número de horas empregadas pelas mulheres no cuidado da casa é três vezes superior ao tempo que os homens dedicam às atividades do lar. E isto acontece

1. Essa tabela ilustra o quanto o trabalho doméstico recai sobre as mulheres e foi extraída do texto: “Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 a 2005”, de Cristiane Soares e Ana Lucia Saboia. Textos para Discussão, Diretoria de Pesquisas, 21. Coordenação de População e Indicadores Sociais, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rio de Janeiro, 2007.

| PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE QUE REALIZAM AFAZERES DOMÉSTICOS E NÚMERO MÉDIO DE HORAS GASTAS NA SEMANA EM AFAZERES DOMÉSTICOS POR SEXO SEGUNDO OS GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO - 2005

GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO	PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE QUE REALIZAM AFAZERES DOMÉSTICOS			NÚMERO MÉDIO DE HORAS GASTAS NA SEMANA EM AFAZERES DOMÉSTICOS		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
ATÉ 4 ANOS	67,9	47,0	89,0	21,8	10,6	27,8
5 A 8 ANOS	72,1	51,3	92,3	20,1	9,7	25,8
9 A 11 ANOS	73,3	52,5	92,8	19,8	9,9	25,1
12 ANOS OU MAIS	73,0	54,0	88,7	18,1	9,2	22,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2005.

#### DICAS DE LEITURA

AUAD, Daniela. *Educar meninas e meninos*. Relações de gênero na escola. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

Como se comportam meninos e meninas nos recreios e nas salas de aula? Menino pode fazer balé e menina tocar bateria? Educar meninos e meninas traz à tona as relações de gênero na escola e o desenrolar das diferenças hierarquizadas entre os sexos. Além disso, a autora, a partir de pesquisa de doutorado, analisa a escola mista e propõe a co-educação.

entre pessoas com diferentes níveis de escolarização e pertencentes a diversas classes sociais. Para um grande número de mulheres, o fato corresponde à segunda jornada de trabalho, jornada esta raramente valorizada, uma vez que o trabalho doméstico é em geral invisível, só notado em caso de ausência, quando as atividades não são realizadas.

Os modelos de homem e de mulher que as crianças têm à sua volta, na família e na escola, apresentados por pessoas adultas, influenciarão a construção de suas referências de gênero. Quando a menina e o menino entram para a escola, já foram ensinados pela família e por outros grupos da sociedade quais são os “brinquedos de menino” e quais são os “brinquedos de menina”. Embora não seja possível intervir de forma imediata nessas aprendizagens no contexto familiar e na comunidade, a escola necessita ter consciência de que sua atuação não é neutra. Educadores e educadoras precisam identificar o currículo oculto que contribui para a perpetuação de tais relações. A escola tem a responsabilidade de não contribuir para o aumento da

discriminação e dos preconceitos contra as mulheres e contra todos aqueles que não correspondem a um ideal de masculinidade dominante, como gays, travestis e lésbicas, por exemplo. Por isso, educadores e educadoras são responsáveis e devem estar atentos a esse processo.

## GLOSSÁRIO

**Equidade de gênero:** Igualdade de direitos, oportunidades e condições entre homens e mulheres.

## CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE ADOLESCENTE/JUVENIL

### E SUAS MARCAS DE GÊNERO

ESTE TEXTO FALA DAS ESPECIFICIDADES DA FASE ADOLESCENTE/JUVENIL PARA A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE, NO QUE TANGE ÀS QUESTÕES DE GÊNERO. QUE FATORES VOCÊ ACHA QUE PODEM ESTAR EM JOGO NESSA FASE? PROCURE ANTECIPÁ-LOS ANTES DE COMEÇAR A LEITURA.

*Educadores e educadoras têm a possibilidade de reforçar preconceitos e estereótipos de gênero (...)*

Se o gênero é socialmente construído por nós no cotidiano da família, da escola, da rua, na mídia, então parte-se do pressuposto de que essas convenções sociais podem ser transformadas, ou seja, discutidas, criticadas, questionadas, modificadas em busca da equidade social entre homens e mulheres, do ponto de vista do acesso a direitos sociais, políticos e civis. Educadores e educadoras têm a possibilidade de reforçar preconceitos e estereótipos de gênero, caso tenham uma atuação pouco reflexiva sobre as classificações morais existentes entre atributos masculinos e femininos e se não estiverem atentos aos estereótipos e aos preconceitos de gênero presentes no ambiente escolar. Qual a responsabilidade da escola e dos educadores e educadoras na garantia do direito de cada pessoa de ter uma justa imagem de si e de ser tratado com dignidade? Como educar meninos e meninas para a igualdade de direitos e oportunidades?

As noções aprendidas na infância do que é considerado pertinente ao feminino e ao masculino acirram-se e consolidam-se na adolescência. A sociabilidade infantil permite ainda certa convivência de meninos e meninas em diferentes atividades coletivas. Já na adolescência, o fato de haver o aprendizado da aproximação ao sexo oposto, mediado por diferentes formas de relacionamento afetivo-sexual (olhar, paquera, ficar, namoro), torna os domínios masculinos e femininos mais nítidos, com limites bem definidos entre si.

No que diz respeito à questão de gênero, há todo um conjunto de atitudes,

posturas e modos de agir social e diferencialmente recomendados aos rapazes e às moças que ensaiam a entrada na sexualidade. Mesmo que a virgindade não signifique mais o que foi em outras épocas, e que haja uma relativa aceitação social em ter relações sexuais antes do casamento – variável conforme os costumes e os valores locais – ainda assim exige-se da moça:

- Que se guarde o máximo possível, retardando a iniciação sexual;
- Que seu leque de experimentação sexual seja reduzido, não chegue próximo ao dos homens, para não serem chamadas de “galinhas”;
- Que não seja “atirada”, embora a mídia ressalte a sensualidade dos corpos femininos;
- Que tenha o casamento e a maternidade como horizonte próximo.

Por outro lado, do rapaz exige-se:

- Que antecipe o máximo possível a primeira experiência sexual;
- O prazer de reunir múltiplas experiências sexuais, às vezes simultâneas;
- Um apetite sexual intenso como prova de sua virilidade, estimulada desde pequeno por homens próximos a ele quando apontam o corpo de mulheres na TV ou nas ruas;
- Certo desprezo pelo cultivo dos sentimentos amorosos.

Esses modelos de comportamento sexual e social podem se tornar verdadeiras prisões ou fontes de agudo sofrimento quando os rapazes e as moças não se encaixam nos estereótipos de gênero previamente designados. Qualquer inadaptação ou desvio de conduta corre o risco de ser duramente criticada/o ou discriminada/o socialmente: elas podem se tornar “putas” e “galinhas” (em razão de uma vida sexual ativa), ou “sapatões”, “machonas” ou “freiras” (como categoria de acusação em alusão à castidade para as que se recusam a aderir à prática sexual por imposição do parceiro); e eles, “bichas”, “veados”, “mulherzinha”, “maricas”. Em suma, há modelos de gênero rigidamente estabelecidos que inspiram representações e práticas sociais para jovens de cada sexo.

#### DICAS DE FILME

Julietta e Romeu (Brasil, Ecos, 1995, 17 min) – De uma maneira descontraída e divertida, as fantasias, as dúvidas, os erros e os acertos da iniciação sexual na adolescência são mostrados através do namoro de Julieta e Romeu.

Além da vivência da sexualidade, há outro domínio em que se percebe a incisiva influência do gênero na construção social da identidade juvenil: o ingresso no mercado de trabalho ou a escolha da carreira profissional. Tanto para aqueles/as jovens que se vêem forçados/as a entrar precocemente no mercado de trabalho em razão da precariedade socioeconômica de suas famílias, quanto para os/as que podem permanecer na escola por mais tempo, na edificação de uma carreira profissional, a oferta de postos de trabalho e de profissões leva em conta aptidões tidas como “naturais” aos homens e às mulheres.

Retomamos aqui o tema da divisão sexual do trabalho. Esta temática, muito estudada pela sociologia do trabalho, é anterior à ampla difusão do termo gênero, mas o sentido de suas análises converge para o mesmo ponto: as escolhas e as oportunidades profissionais não são ditadas por determinações “naturais” ou biológicas. Entre jovens de pouca escolaridade, cabe aos rapazes serem entregadores, office-boys, motoboys, operários da construção civil ou da indústria, trabalhadores no transporte de cargas, motoristas, trabalhadores rurais, vendedores ambulantes, seguir carreira policial ou militar. Em geral, as moças nas mesmas condições, orientam-se para ser secretárias, copeiras, auxiliares de serviços gerais, ajudantes de cozinha, recepcionistas, empregadas domésticas, babás, faxineiras, comerciárias, operadoras de caixa ou de telemarketing. Mesmo entre jovens que conseguem cursar a universidade, é freqüente haver uma adesão maciça das mulheres às carreiras existentes nas ciências sociais (enfermagem, terapia ocupacional, fonoaudiologia, nutrição) ou humanas (psicologia, educação, letras, serviço social, história, artes etc.). Essas profissões são tradicionalmente voltadas para o ensino e o cuidado do outro, atributos tidos como femininos.

*Esses modelos de comportamento sexual e social podem se tornar verdadeiras prisões ou fontes de agudo sofrimento quando os rapazes e as moças não se encaixam nos estereótipos de gênero (...)*

Já se nota atualmente uma forte presença das mulheres em cursos como direito, medicina, odontologia, arquitetura, comunicação, tradicionalmente redutos de prestígio masculino. Ainda assim, as escolhas dos homens continuam a ser orientadas para as ciências básicas (física, química, biologia), para as engenharias, a economia, as informáticas, a administração de empresas, o mercado externo (comércio exterior, relações internacionais), dentre outras áreas tidas pelo senso comum como as mais propensas aos homens. Mesmo em contextos de reconhecida presença de ambos os sexos, por exemplo, uma agência bancária, observe como estão distribuídos os funcionários homens e mulheres nas diferentes seções da agência, desde a segurança e o serviço de café até a presidência do banco.

*(...) é freqüente haver uma adesão maciça das mulheres às carreiras existentes nas ciências sociais (...) ou humanas (...). Essas profissões são tradicionalmente voltadas para o ensino e o cuidado do outro, atributos tidos como femininos.*

As escolhas feitas na adolescência serão, portanto, decisivas para a construção da trajetória biográfica de rapazes e moças, ou seja, cada profissão lhes reservará um aprendizado específico das regras de gênero, pois a convivência com seus pares no campo profissional sofrerá a interferência da lógica de gênero, desde a distribuição entre postos e turnos de trabalho até as formas de ascensão e remuneração.

A construção da identidade juvenil também se faz por meio do aprendizado entre pares, nas diferentes formas de sociabilidade e lazer desfrutadas por jovens. Entre jogos, brincadeiras, galeras, músicas, ritmos e danças, festas (rodeios, quermesses), práticas esportivas, tecnologias de informação (celulares, internet, comunidades virtuais), idas a shopping centers, adesão a determinado tipo de lazer (pesca, artesanato, bordados), enfatizam-se imagens, perfis, destrezas típicas de cada gênero.

A indumentária também é importante para a construção da identidade de gênero. O modo

como cada jovem – homem ou mulher – se apresenta em bailes, festas, espetáculos musicais, rodeios informa não só sobre seu pertencimento social, mas também de gênero e raça. Em determinados contextos é comum o uso de bonés e trajas largos para os rapazes, roupas mais aderentes para as moças, comumente de salto alto, distinguindo estilos diferenciados para cada gênero. A pressão que o grupo de pares exerce sobre seus participantes é tamanha na repetição destes estilos que se torna difícil arriscar novos modelos, inovar em práticas sociais que não estejam consagradas pelo grupo.

A sociologia tem estudado as denominadas “*tribos urbanas*” enquanto rede de amizades adolescente e juvenil que compartilham modo de se vestir, linguagem, músicas e outros gostos. Seja para impressionar colegas do mesmo gênero ou do gênero oposto, a aceitação dos valores de gênero difundidos nas mais variadas situações de sociabilidade juvenil exerce considerável influência na conformação da identidade juvenil de homens e mulheres.

A “Emo” (abreviação do inglês *emotional*) é uma destas tribos, que se originou do estilo musical derivado do punk; chegou ao Brasil, na cidade de São Paulo, por volta de 2003 e vem ganhando adeptos em outros estados. Os chamados “emos” têm geralmente entre 12 e 20 anos, usam munhequeira, franja caída no rosto, piercing na boca, colar de bolinhas ou dadinhos, gravatinha, tênis Adidas, roupas pretas, mistura de delicados lacinhos no cabelo com as ousadas meias “arrastão”. É possível que você já tenha visto ou conheça algum/a adolescente ou jovem que se veste assim. Eles se autodefinem como carinhosos, sensíveis, pessoas calmas que não gostam de briga e querem apenas amar e serem amados. Em comunidades de relacionamento pela internet, encontram-se depoimentos dos/as “emos” falando sobre os preconceitos sofridos em razão do estilo de roupas que adotam e dos sentimentos que defendem. Se você quiser saber mais sobre “Emo”, veja um vídeo em [www.youtube.com/watch?v=tYNC6zF49OI](http://www.youtube.com/watch?v=tYNC6zF49OI) (5 min.).



## DIFERENÇAS DE GÊNERO NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

### DA VIDA PÚBLICA E DA VIDA PRIVADA

ESTE TEXTO PRETENDE ENRIQUECER OS ARGUMENTOS PARA DEBATER OS ESTEREÓTIPOS E OS PRECONCEITOS DE GÊNERO. REFERE-SE A COMO A QUESTÃO DE GÊNERO INTERFERE NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO E CONFIGURA O MUNDO QUE NOS CERCA. VOCÊ JÁ PAROU PARA PENSAR NOS VALORES QUE ESTÃO ASSOCIADOS A CADA UMA DAS DESIGNAÇÕES QUE SÃO ATRIBUÍDAS AOS HOMENS E AS MULHERES?

A divisão do “espaço público e privado” pode ser percebida, por exemplo, quando se quer insultar uma mulher. Ela é chamada de “mulher da rua”, “vadia”, “puta”, em oposição à “mulher da casa”, “mulher ou moça de família”, “santa”, “do lar”. A oposição “rua x casa” é particularmente interessante para percebermos como os gêneros masculino e feminino estão associados a cada uma dessas instâncias, conformando a divisão entre o mundo da produção (masculino) e o da reprodução (feminino).

*Historicamente,  
o espaço público  
era restrito aos  
homens*

Tal como o conceito sociológico de classe social, que distingue diferentes inserções sociais conforme as condições materiais de existência de cada um, o conceito de **gênero** também nos ajuda a compreender o modo de organização da vida social, tanto no espaço público quanto na esfera privada.

Historicamente, o espaço público era restrito aos homens como cidadãos, tendo sido as mulheres dele excluídas durante muitos séculos, confinadas ao mundo doméstico. Em várias sociedades, há uma divisão do trabalho entre homens e mulheres. Chamamos isso, como já vimos, de divisão sexual do trabalho.

Essa tradicional divisão do trabalho entre os sexos tem sido, contudo, duramente criticada e transformada. Podemos perceber este fato através da análise das mudanças ocorridas em três setores, antes eminentemente masculinos,

como o mercado de trabalho, a escolarização e a participação política. A crescente participação feminina nas atividades econômicas, políticas, legislativas tem sido fruto de considerável esforço de luta do movimento feminista.

## MERCADO DO TRABALHO

Décadas passadas, o mercado de trabalho era um espaço de hegemonia masculina. Até a metade do século XX, as mulheres não tinham o horizonte da carreira profissional ou a participação na vida pública como metas preponderantes, não tendo participação significativa na população economicamente ativa.

Conforme dados recém-divulgados pelo IBGE, em 2004, a distribuição percentual da PEA (população economicamente ativa) por sexo era de 56,9% para os homens e 43,1% para as mulheres<sup>1</sup>. Hoje, a presença das mulheres no mercado de trabalho é expressiva, embora sofram muitas discriminações se comparadas aos homens. Um contingente expressivo de mulheres sustenta a casa, os filhos e, às vezes, também os maridos, expulsos do mercado formal de trabalho. Mudanças recentes na legislação civil permitem que as mulheres sejam reconhecidas como “chefes de família”, designação antes reservada somente aos homens. Há pouco tempo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a considerar o quesito “pessoa de referência” em seus censos e, atualmente, o percentual de famílias chefiadas por mulheres atinge quase 30%.

Outra alteração importante nessa direção foi a possibilidade de as mulheres trabalhadoras rurais terem o direito de acesso ao título de proprietárias de terra, motivado pelo fato de que seus companheiros costumavam migrar para grandes centros urbanos à procura de trabalho e não voltavam para os estados de origem, deixando-as sós, cultivando a terra e assumindo a responsabilidade do sustento da família. No entanto, elas não tinham a chance de serem reconhecidas como donas daquela propriedade, nem mesmo de transferirem a posse da terra para os filhos ou filhas.

## ESCOLARIZAÇÃO

A escolarização é outro processo importante no qual se evidenciam as desigualdades de gênero que ordenam a vida social e suas possibilidades de transformação. Há algumas décadas, a prioridade para a dedicação aos estudos era um privilégio dos filhos homens, não estendido às filhas mulheres. Somente no final de 1870 o governo brasileiro abriu as instituições de en-

1. Fonte: Síntese dos Indicadores Sociais, 2005 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)).

sino superior à entrada das mulheres. Em 1887 formou-se a primeira médica no Brasil, **Rita Lobato Velho Lopes** e, em 1889, foi permitido pela primeira vez que uma advogada brasileira fosse admitida nos tribunais. Em 2006, a ministra **Ellen Gracie** destacou-se como a primeira mulher a ser incorporada ao Supremo Tribunal Federal, ocupando a presidência desta instituição pelo período de dois anos.

O ingresso das mulheres na escola tem crescido significativamente, hoje ultrapassando o contingente masculino. Tal interesse está certamente articulado à sua entrada maciça no mercado de trabalho e às chances de melhoria de sua qualificação profissional e dos salários percebidos. No entanto, os investimentos das mulheres na educação e na qualificação profissional ainda não se reverteram em igualdade salarial. Em alguns setores apenas se reduziu o nível de desigualdade. Quando consideramos as mulheres negras, os dados são ainda mais impressionantes. Quanto maior a escolarização, maior a diferença salarial entre estas e os homens, mas também entre as próprias mulheres, estando as mulheres brancas em posição de maior vantagem. Esta situação demonstra como a segregação social combina elementos étnico-raciais e de gênero.

Hoje, no Brasil, há mais mulheres que homens cursando a educação superior: o Censo da Educação Superior de 2004 mostra que as mulheres respondem por 56,4% do total de matrículas, enquanto os homens são 43,6%. Nas instituições públicas, elas são 54,7% e, no setor privado, 57%. Segundo o IBGE, o percentual de mulheres na população brasileira é de 50,8% (Censo IBGE 2000)<sup>2</sup>.

## PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Quanto à participação político-social no Brasil, as mulheres só tiveram acesso ao voto em 1932, por incansável militância do **movimento sufragista** feminino, nas primeiras décadas do século XX, liderado pela bióloga paulista **Bertha Lutz**. As primeiras mulheres foram eleitas para o parlamento em 1933. De lá pra cá, a necessidade de igualdade de oportunidades sociais para participar ativamente da vida pública impõe-se como um direito inalienável das mulheres. Discute-se hoje, no interior dos partidos políticos e na sociedade mais ampla, a proposta de cotas para mulheres no intuito de garantir certa representatividade política feminina no Poder Legislativo e no Execu-

*Bertha Lutz (1894-1976) lutou pelos direitos femininos durante toda sua vida. Não só conseguiu formação e postos de trabalho mais restritos aos homens, como também ergueu a bandeira de maior igualdade entre os sexos e maior penetração das mulheres na educação, no mercado de trabalho e na vida política. Teve grandes atuações dentro e fora do país. Defendeu o direito de voto, garantiu ingresso de meninas em colégios, propôs igualdade salarial, licença de três meses à gestante, redução da jornada de trabalho, entre outros feitos.*

2. Fonte: Informativo do INEP Janeiro 2005.

tivo. A esse respeito, consulte a Lei de Cotas 9504/1997 ([http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9504.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm)), que ainda encontra muitas resistências, instituindo 30% de cotas para candidatas mulheres.

*Não podemos considerar, de forma ingênua, que a participação de homens e mulheres na vida pública seja aleatória, fruto de desejos pessoais, particulares, muito menos de aptidões ou habilidades naturais a cada sexo.*

Queremos demonstrar com todos estes dados o quanto e como uma persistente **hierarquia de gênero** organiza as relações sociais no espaço público, destinando lugares, postos, posições de prestígio, funções específicas, direitos e deveres a cada sexo, em todos os contextos mencionados – vida política, acesso à escola e ao mercado de trabalho, com a respectiva permanência neles, propriedade, chefia civil do lar etc. Não podemos considerar, de forma ingênua, que a participação de homens e mulheres na vida pública seja aleatória, fruto de desejos pessoais, particulares, muito menos de aptidões ou habilidades naturais a cada sexo. Somos socialmente educados e educadas para gostar mais ou menos de política, de economia, de leis, quer sejamos homens ou mulheres. A via de acesso à cidadania passa por lutas e conquistas normativas e jurídicas.

Por sua vez, a reprodução – que ocorre no corpo da mulher – exerce considerável influência na divisão sexual do trabalho e na estruturação dos lugares sociais ocupados por homens e mulheres. Estas são responsáveis por gestar, parir e criar os filhos e pelos serviços de manutenção doméstica, enquanto os homens se voltam tradicionalmente para o provimento da casa, ou seja, para a mediação entre o mundo privado e o público.

Esse modo de organização da família implica uma rígida hierarquia moral que estabelece posições sociais, deveres e obrigações próprias a cada um, conforme a inserção de gênero e de geração. Nesse sentido, os homens mais velhos são aqueles que devem ser mais respeitados pelos demais: eles podem ser os maridos ou os pais e, na ausência deles, os filhos ou os irmãos mais velhos. Raramente é facultado às mulheres o exercício de sua autonomia como ser humano igual aos homens, como cidadã com os mesmos direitos sociais que seus companheiros ou irmãos.

Devemos destacar o aparecimento da *pílula anticoncepcional* na segunda metade do século XX, que permitiu às mulheres controlar sua reprodução e fazer da maternidade algo não necessariamente compulsório. Tal possibilidade viabilizou dissociar a atividade sexual da reprodução, com muitas transformações sociais daí decorrentes. O fato de as mulheres poderem ter uma vida sexual e escolher ser ou não mãe, planejar a ocasião da maternidade, espaçá-la, decidir o número desejável de

A pílula anticoncepcional, que ofereceu às mulheres sexo separado da gravidez, chegou ao Brasil em 1962. Nos anos de 1967 e 1968, quando o Ibope realizou amplas pesquisas sobre o comportamento da mulher em São Paulo e no Rio de Janeiro, estimava-se que as farmácias já vendiam mais de 5 milhões de pílulas por mês. Embora o contraceptivo oral trouxesse alívio às mulheres casadas e viesse a contribuir decisivamente para uma maior liberdade sexual feminina na década seguinte, havia uma rejeição expressiva em torno dos 30%. A condenação do uso da pílula pelo Papa alimentava a polêmica. A mulher da época ainda idealizava um casamento aos 21 anos de idade, com noivo obrigatoriamente mais velho, programando três filhos que serviriam para consolidar a união. Contudo, 63% das mulheres viam a melhor fase da vida na adolescência e 33% gostariam de ter nascido homens. Fonte: Jornal da Unicamp, Edição 210, 22 de abril a 4 de maio de 2003.

filhos/as teve um substantivo impacto em suas vidas. Assim, mulheres puderam organizar melhor o fluxo da vida cotidiana familiar e ter novas aspirações não restritas à vida doméstica e ao cuidado com a prole.

Infelizmente, esses direitos não estão acessíveis a todas as mulheres, havendo muitas que não conseguem exercê-los. As razões apontadas podem ser restrições financeiras, de acesso aos serviços de saúde, de subjugação ao companheiro, marido ou namorado, em razão da dominação masculina, entre outros motivos. A dominação masculina é o exercício do poder exercido pelos homens sobre as mulheres. É um conceito estudado pelo sociólogo e antropólogo francês *Pierre Bourdieu*.

Um exemplo das mudanças havidas nas relações de gênero no âmbito da vida privada pode ser dado na escolha do parceiro para o casamento. Tal como a concepção, a opção pelo parceiro deixou de ser um acordo entre pais interessados na união de suas famílias e permitiu que os jovens e as jovens passassem a fazer suas escolhas. No entanto, sabe-se que tal escolha é também socialmente determinada, havendo forte chance de se eleger um parceiro ou uma parceira heterossexual, dentre os “iguais”, ou seja, de inserção social, étnico-racial e estilo de vida semelhantes. Trataremos ainda neste Curso das relações homoafetivas como direito de vivência da sexualidade.

Até aqui pudemos perceber que o modo com que cada **cultura** constrói o gênero irá definir um determinado padrão de organização das representações e das práticas sociais no mundo público (rua) e na vida privada (casa), estabelecendo lugares distintos para homens e mulheres e uma dinâmica peculiar entre ambos. Embora as mulheres tenham conquistado expressivo espaço no mundo público, a participação dos homens nas decisões e nas obrigações referentes à vida doméstica não se faz na mesma proporção, deixando às mulheres a difícil tarefa de conciliar ambas as dimensões.

O processo de socialização na infância e na adolescência é fundamental para a construção da identidade de gênero. E a escola tem grande responsabilidade no processo de formação de futuros cidadãos e cidadãs, ao desnaturalizar e desconstruir as diferenças de gênero, questionando as desigualdades daí decorrentes.

*Pierre Bourdieu (1930-2002), considerado um dos intelectuais mais influentes de sua época, deu novos rumos ao estudo da sociologia. No livro A dominação masculina (Ed. Bertrand Brasil, 1999), levanta explicitamente a questão da ordem sexual, lembrando a necessidade de uma ação coletiva de resistência feminina com o objetivo de impor reformas jurídicas e políticas capazes de alterar o estado atual da relação de forças – material ou simbólica – entre os sexos. Em especial, chama a atenção para aquilo que designa de “violência simbólica”, a violência invisível às suas próprias vítimas, que se exerce por vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento. Este trabalho mereceu, entretanto, severas críticas da parte de pesquisadoras feministas francesas, por ele ter ignorado que, antes de seu livro, já havia uma sólida reflexão de autoras mulheres sobre o assunto a quem ele não dá voz nem reconhecimento, o que caracteriza atitude de dominação masculina.*

## GLOSSÁRIO

**Cultura:** Fenômeno unicamente humano, a cultura refere-se à capacidade que os seres humanos têm de dar significado às suas ações e ao mundo que os rodeia. A cultura é compartilhada pelos indivíduos de um determinado grupo, não se relacionando a um fenômeno individual. Por outro lado, cada grupo de seres humanos, em diferentes épocas e lugares, atribui significados diferentes a coisas e a passagens da vida aparentemente semelhantes.

**Gênero:** Conceito formulado nos anos 1970 com profunda influência do pensamento feminista. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos.

**Hierarquia de gênero:** Pirâmide social econômica construída pelas relações assimétricas de gênero.

**Movimento Sufragista:** O movimento pelo sufrágio feminino é um movimento social, político e econômico, de caráter reformista, que tem como objetivo estender o sufrágio (o direito de votar) às mulheres.

## BIBLIOGRAFIA

- AUAD, D. **Educar meninas e meninos**. Relações de gênero na escola. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado. In: Clara Araújo, Felícia Picanço e Celi Scalón. **Novas conciliações e antigas tensões?: gênero, família e trabalho em perspectiva comparada**. São Paulo, Edusc, 2008.
- DURHAM, E. **Família e reprodução humana**. Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. v.3, p.13-43.
- LAVINAS, Lena. “Gênero, cidadania e adolescência”. In: MADEIRA, F. R. (org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos/Unicef, 1996. p.11-43.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997. (Sugestão de leitura do capítulo 1)
- LOURO, Guacira Louro. “Currículo, gênero e sexualidade. O ‘normal’, o ‘diferente’ e o ‘excêntrico’”. In: LOURO, G. L., NECKEL, J. F. & GOELLNER, S. V. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- HEILBORN, Maria Luiza. & SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. **Sociologia**. v.II. São Paulo: Editora Sumaré ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999. p.183-221.
- HEILBORN, Maria Luiza. Sexualidade e identidade: entre o social e o pessoal. Sexualidade: corpo, desejo e cultura. **Ciência hoje na escola**, n.11. Rio de Janeiro: SBPC/Global Editora, 2001. p.38-41.
- \_\_\_\_\_. “O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro”. In: MADEIRA, F. R. (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos/Unicef, 1996. p.291-342.
- MADEIRA, F. R. “A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou... reclusão”. In: MADEIRA, F. R. (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos/Unicef, 1996. p.45-133.
- MEAD, Margareth. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- ROHDEN, F. “Em busca dos mesmos direitos. Sexualidade: corpo, desejo e cultura”. **Ciência hoje na escola**, n.11. Rio de Janeiro: SBPC/Global Editora, 2001. p.45-48.
- SCHIENBINGER, L. Introdução. In: **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: Ed. EDUSC, 2001. p.19-49.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, 1995.
- SCHUMACHER, S. & VITAL BRAZIL, E. (orgs.). **Dicionário Mulheres do Brasil**. De 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.37-82.

## WEBIBLIOGRAFIA

- BRASIL. **Lei nº 9504, de 30/09/1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: [http://www.tre-sc.gov.br/legjurisp/lei\\_9504.htm](http://www.tre-sc.gov.br/legjurisp/lei_9504.htm) Acesso em: 25 jun. 2008.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras. Trabalho feminino no século XX. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.17/18, 2001-2002. Disponível em: <http://www.unicamp.br/pagu/Cad17/n17a07.pdf> Acesso em: 25 jun. 2008.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.121, p.41-58, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a03n121.pdf> Acesso em: 25 jun. 2008.
- Fazendo história das mulheres. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.4, 1994. Disponível em: <http://www.unicamp.br/pagu/cadernos4.html> Acesso em: 25 jun. 2008



HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.132, p.595-609, Set/Dez 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf> Acesso em: 25 jun. 2008.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.16, p.31-48, 2001. Disponível em: <http://www.unicamp.br/pagu/Cad16/n16a03.pdf> Acesso em: 25 jun. 2008.

THERBORN, Göran. Entrevista do sociólogo sueco ao site do Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos sobre relações de poder entre os sexos. Disponível em: <http://www.clam.org.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3669&query=simple&search%5Fby%5Fauthorname=all&search%5Fby%5Ffield=tax&search%5Fby%5Fheadline=false&search%5Fby%5Fkeywords=any&search%5Fby%5Fpriority=all&search%5Fby%5Fsection=all&search%5Fby%5Fstate=all&search%5Ftext%5Foptions=all&sid=21&text=THERBORN+G%F6ran&x=7&y=5> Acesso em: 25 jun. 2008

## VÍDEOS E FILMES

BILLY ELLIOT – Inglaterra/França. 2000. 110min. A vida do garoto de onze anos Billy Elliot (Jamie Bell), filho de um mineiro de carvão do norte da Inglaterra, muda para sempre quando ele tropeça em uma aula de ballet durante sua lição semanal de boxe.

HOMEM.COM.H. Brasil. 1998. 19 min – Produção: ECOS – Comunicação em Sexualidade. Mostra situações da vida de um casal e faz refletir sobre o papel do homem na nossa sociedade.

ROMEU E JULIETA. Brasil. 1995. 17min. Produção: ECOS – Comunicação em Sexualidade. De uma maneira descontraída e divertida, as fantasias, as dúvidas, os erros e os acertos da iniciação sexual na adolescência são mostrados através do namoro de Julieta e Romeu.

SEXO SEM VERGONHA. Brasil, 1991, 33 min – Produção: ECOS – Comunicação em Sexualidade. Direcionado ao educador e à educadora que querem iniciar o trabalho de educação sexual em sala de aula. Apresenta as inseguranças e as dificuldades dos educadores em geral de falarem sobre sexualidade na escola, e traz dicas de como integrar o tema da sexualidade às diversas matérias da grade escolar.

## SITES PARA VISITAR:

AGENDE - Ações em gênero, cidadania e desenvolvimento – <http://www.agende.org.br> Traz a cronologia do movimento feminista no Brasil e no mundo.

BIBLIOTECA DIGITAL DO CLAM – <http://www.clam.org.br/biblioteca>. Portal para consulta de boletim, livros, teses, dissertações, monografias, artigos de periódicos e outras publicações produzidas pelo CLAM e seus parceiros, visando complementar as bibliografias disponibilizadas pelos programas de Ensino a Distância (EAD) e presenciais e, ao mesmo tempo, compartilhar o conhecimento acumulado.

CEAFRO - <http://www.ceafro.ufba.br/main/default.asp>

CIS - Consórcio de Informações Sociais (Anpocs) – <http://www.nadd.prp.usp.br/cis/index.aspx>

Oferece a consulta on-line de acervos como o do Banco de Materiais Educativos sobre DST/Aids e temas afins (1990-2000; MONTEIRO, Simone & VARGAS, Eliane), e o Banco de Vídeos Educativos no campo da saúde: corpo, sexualidade e temas afins (1988-1996; VARGAS, Eliane

ECOS COMUNICAÇÃO EM SEXUALIDADE – <http://www.ecos.org.br>. Site com informações, produtos, jornais, vídeos sobre os temas da sexualidade e do gênero entre jovens, também voltado a educadores/as e a profissionais que lidam com a temática em estudo.

EDUCAREDE – <http://www.educarede.org.br>. Portal educativo, totalmente gratuito e aberto, dirigido a educadores/as e a alunos/as do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da rede pública e a outras instituições educativas. Na seção “O assunto é...”, há informações sobre sexualidade e gênero para escolas (escolha “Sexualidade: Aids, corpo e gênero”).

INSTITUTO PAPAÍ – <http://www.papai.org.br>. Especialmente dedicado às pesquisas, às ações educativas e à agenda política em torno do tema “Homens e masculinidades”, a partir da perspectiva feminista e de gênero.

PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES – <http://www.periodicos.capes.gov.br>. Disponibiliza consulta a diversos periódicos nacionais e internacionais. É possível pesquisar periódicos especializados em estudos de gênero preenchendo os formulários de busca com as palavras chave: gênero e gender.



PORTAL SCIELO (Scientific Electronic Library Online) – <http://www.scielo.br>  
Também é possível acessar a **Revista de Estudos Feministas** e **Cadernos PAGU** através do site.

REDEH – <http://www.redeh.org.br>. Site da Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh), pólo de pesquisa, catalogação e disseminação de material teórico sobre gênero e desenvolvimento sustentável. Realiza consultas e pesquisas nas áreas de direitos sexuais e reprodutivos, saúde, meio ambiente e trabalho, sempre com o enfoque de gênero.

VÍDEO SAÚDE DA FIOCRUZ – <http://www.cict.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=47>  
Possui um importante acervo de vídeos sobre a temática gênero.